



VETO Nº 02/2025

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Assunto: Veto ao Projeto de Lei do Legislativo nº 031/2025.

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul,


Consubstanciado nas disposições do artigo 35 da Lei Orgânica do Município, informo aos Nobres Edis que decidi apor **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 31/2025, de autoria do Poder Legislativo, que "Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Municipal Pastor Adolf Prinz".

Embora louvável a intenção da proposição, o veto se impõe por inconstitucionalidade formal, uma vez que a referida Associação de Pais já foi reconhecida de utilidade pública por meio da Lei nº 1927, de 24 de agosto de 2007.

Diante disso, não resta alternativa senão vetar integralmente o projeto, pela proposição já existir no ordenamento jurídico municipal.

Contando com a compreensão dos nobres Vereadores, renovo votos de elevada estima e consideração, devolvendo o assunto ao reexame da Câmara de Vereadores.

São Bento do Sul/SC, 25 de junho de 2025.


ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

CMPSB 26/06/2025 16:11

1381/2025



PARECER JURÍDICO

Trata-se de solicitação de manifestação jurídica acerca do Projeto de Lei nº 31/2025, aprovado por unanimidade pelo Poder Legislativo em 12/06/2025, que "Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Municipal Pastor Adolf Prinz", conforme as especificações constantes na proposição.

Preliminarmente, cumpre destacar que a análise da Assessoria Jurídica se limita aos aspectos legais da matéria, em consonância com sua competência institucional, com base nos documentos que instruem o presente expediente. Assim, não se adentra em questões técnicas ou juízos de valor sobre o mérito da proposta, cuja apreciação compete exclusivamente aos setores especializados.

Pois bem.

Em uma primeira análise ao ordenamento jurídico do Município, verifica-se que a Lei nº 1927, de 24 de agosto de 2007 possui exatamente o mesmo objeto. Vejamos:

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA CRECHE MUNICIPAL PASTOR ADOLF PRINZ."

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Creche Municipal Pastor Adolf Prinz, entidade com sede neste Município, à Estrada Dona Francisca, s/nº, Bairro Dona Francisca, constituída em 02 de junho de 2003, estatuto registrado sob nº 603, fls. 112v do livro A, nº 4 do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e registrada na Secretaria da Fazenda Nacional do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 06.036.788/0001-72.

Não se verifica qualquer inovação ou alteração de status jurídico da entidade que justifique a nova declaração. Trata-se, portanto, de proposição que incorre em vício material, ainda que não haja, formalmente, inconstitucionalidade.

Assim, em face da entidade já deter do reconhecimento, por norma municipal anterior, regularmente aprovada e em vigor, desnecessária a sobreposição de normas com o mesmo conteúdo e objeto, pois contraria os princípios da boa técnica legislativa e da consolidação do ordenamento jurídico.

Diante do exposto, sob o prisma jurídico e constitucional, especialmente à luz do art. 35 da Lei Orgânica Municipal, opina-se pelo veto integral ao Projeto de Lei nº 31/2025.

Salvo melhor juízo, esta é a orientação da Assessoria Jurídica, elaborada com base nas informações e documentos disponibilizados.

São Bento do Sul/SC, 25 de junho de 2025.


Maiane F. de Miranda
Assessora Jurídica